

A extensão universitária como prática fundamental

Entrevista com o professor José Edison Corrêa revela caminhos percorridos pela extensão universitária na UFMG e no Brasil

Introdução

A trajetória profissional do professor José Edison Corrêa é marcada pela sua forte atuação na extensão universitária, não só na Universidade Federal de Minas Gerais, mas também em âmbito nacional. Foi pró-reitor de Extensão na UFMG de 1998 a 2006 e presidente (2003/2005), coordenador da Comissão de Saúde (2006/2007) e assessor (2006/2013) do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex). Desde 2007, é coordenador técnico e vice-diretor do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (Nescon) da UFMG. Atua também como coordenador do Programa Ágora: Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família da Universidade Aberta do Brasil (núcleo UFMG).

Como ele mesmo define, toda a sua vida profissional foi vivida na universidade, mas também na sociedade. Devido à sua formação em pediatria, José Edison sempre esteve em interação direta com as comunidades, seja através do atendimento aos pacientes, seja nos projetos de saúde coletiva e atenção primária à saúde, que atua e/ou coordena. Temas como extensão universitária, universidades e transformação social e saúde da família estão presentes no seu dia a dia. Para ele, relevância social e excelência são duas palavras que desafiam o trabalho dentro das universidades. “As universidades não podem ser só centros de excelência. Elas também tem que ser centros de relevância social e essas duas coisas precisam estar juntas, precisam fazer um movimento de aproximação”.

Nesta edição da *Revista Interfaces*, o professor José Edison Corrêa divide conosco suas ricas experiências nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e também projeta desafios e metas para inspirar as atividades nas universidades públicas brasileiras para os próximos anos.

Revista Interfaces: Fale-nos um pouco de sua trajetória. Como surgiu o interesse por atuar na extensão universitária?

José Edison: Minha história na UFMG é longa. De formado, já tenho 45 anos, ou seja, tenho, praticamente, 50 anos de universidade. Estudei nessa universidade, fiz todos os meus estudos na UFMG e toda a minha vida profissional foi uma vida na universidade. Mas também devo dizer que foi uma vida na sociedade, porque sou médico pediatra clínico.

Assim, esse permanente relacionamento com as pessoas, com as famílias, com as crianças, com as mães e com os problemas que a gente estudava e vivia na universidade – a questão da mortalidade infantil, a questão da mortalidade materna, das sequelas de um pré-natal, às vezes, não muito bem feito – tudo isso me marcou. Mas eu destacaria algumas coisas. Uma delas foi a minha experiência na reestruturação curricular da faculdade. Na realidade, o currículo está sempre em transformação, mas, nessa mudança, nós implantamos experiências interessantes na faculdade de medicina, como o internato rural, onde o aluno passa três meses no interior. Já como aluno de medicina, trabalhando com o que, antigamente, a gente chamava de ambulatorios periféricos – hoje são os centros de saúde ou, mais modernamente, as unidades básicas de saúde – tive a oportunidade de vivenciar muitos problemas e de perceber que são problemas para os quais não vamos levar soluções, não vamos resolver. Então, aí já temos o primeiro conceito de extensão: a gente não vai trabalhar para, a gente vai trabalhar com.

Sendo assim, na formação em medicina, começamos a nos relacionar com o sistema de saúde, que é algo obrigatório, com as organizações sociais, as associações comunitárias. Então, a minha vida é uma vida de atuação nos centros de saúde, constantemente com os alunos e também, em algum momento, na administração universitária.

Houve um tempo em que a minha história parecia estar muito mais ligada à graduação e à pesquisa, aos trabalhos de investigação, do que à extensão. Essa foi uma história que, aos poucos, me levou a ser diretor da Faculdade de Medicina e, logo terminado o mandato de diretor, fui convidado pelo professor

César e pela professora Ana Lúcia a ser Pró-reitor de Extensão que, para mim, também foi um dos períodos mais interessantes da minha vida acadêmica.

Revista Interfaces: Como você enxerga a relação entre a universidade e a sociedade?

José Edison: Acho que quem está dentro da universidade, tem que estar sempre olhando para fora da universidade. E, na extensão, como pró-reitor, olhar fora era olhar para nossos pares, as outras universidades, os outros pró-reitores. Eu me envolvi no trabalho de organização nacional da extensão, através de mandato no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão. No segundo mandato, eu me aposentei da universidade. Tirei um mês de férias e, com dez dias, recebi um telefonema com um convite para participar da coordenação do Núcleo, onde estou até hoje, que é o Núcleo de Educação em Saúde Coletiva – Nescon.

Essa é uma história que, pessoalmente, eu prezo muito. É uma história que gosto de contar porque foram momentos, alguns de muita dificuldade, muito conflito, ter que administrar conflito dentro da universidade, fora da universidade, mas que nos aproxima de políticas governamentais, nos aproxima da própria política da universidade. Sendo assim, foi uma vivência muito rica e que tem uma questão que a extensão sempre nos traz que é: a gente nunca é sozinho, a gente é um grupo. Na universidade, trabalhando no colegiado de graduação, no departamento, na reitoria, a história sempre foi a de tentar construir grupos de pessoas que pudessem trabalhar ideias e que pudessem levar as coisas para frente.

Um sentimento que considero muito bonito é o sentimento de *alma mater*. Tenho isso com minha cidade natal, com meu time de futebol e, com certeza, a UFMG e a extensão fazem parte da minha *alma mater*.

Revista Interfaces: Qual é a concepção de extensão universitária que orientou e ainda orienta o seu trabalho?

José Edison: A construção do conceito de extensão foi um grande processo. Porque extensão sempre esteve ligada a uma ideia de marginalidade, uma marginalidade dentro da universidade: “Ah, aquela turma que não faz pesquisa, que não faz isso, que não faz aquilo, então, vai para extensão”. Ou então, quando você tem problemas, onde você coloca esse problema? Leva para a graduação, para a pós, para a pesquisa? Se o problema não tem lugar, você entrega para a extensão, “porque lá eles resolvem”.

Assim, esse sentimento de marginalidade, de não-reconhecimento do trabalho de extensão, era muito forte. Antigamente, você não podia colocar no seu relatório a atividade de extensão, hoje, já colocamos. E tinha uma outra questão, uma outra marginalidade importante, a extensão era muito marcada com a pobreza, com a marginalidade social. Então, era a marginalidade da universidade, trabalhando com a marginalidade da sociedade.

Existem muitos autores que trabalharam com essa ideia da dupla marginalidade. Lembro-me de um antropólogo que conheci e, uma vez, a gente conversando, ele disse “não tem problema se alguém chama a gente de marginalidade, ou se a gente trabalha com a marginalidade, o importante é a gente ser vanguarda! É a gente tentar equacionar os problemas, ver o que está ao nosso alcance e sair na frente para tentar resolver”.

Acredito que uma das primeiras vivências da extensão era isso: a questão de começar a construir uma vanguarda! E, também, a definição do que é extensão. Muitas vezes a gente falava assim: “vamos pensar o que não é extensão”.

O que não é extensão é quando professores e funcionários fazem uma greve prolongada e, depois de muito tempo, ninguém aguenta mais a greve e aí decidem: “vamos lá para a Praça Sete, vamos mostrar para a população, vamos colocar à noite o observatório lá da Serra da Piedade, montar telescópios, vamos ver a lua, mostrar para o povo.” Levam a extensão para mostrar, para fazer um certo marketing e uma justificativa social da universidade. Não é isso que a gente quer. Então, essa é uma questão.

A outra questão é a seguinte, não queremos trabalhar com a marginalidade da sociedade, queremos trabalhar com a sociedade como um todo e queremos trabalhar em construção. Naturalmente, surge um outro conceito que é o de impacto. Nós não vamos trabalhar por trabalhar, nós vamos trabalhar direcionando para a construção de resultados, de produtos sociais.

A elaboração do conceito foi (e ainda é) uma construção coletiva. A extensão é um processo, essa é uma primeira questão. É também um processo de transformação social, que já é um outro conceito. Dele advém a questão da interação com a sociedade – não fazer para, mas fazer com – e que se relaciona com todo o restante da universidade, trazendo o conceito da indissociabilidade. A extensão tem que ter um componente dessa relação social e, também, um componente de formação – pode ser na graduação, na pós-graduação, nos vários processos de formação da universidade. Nesse sentido, uma discussão mais recente é o reconhecimento da diversidade dos problemas e das soluções. Por exemplo, se vou a uma creche, tenho problemas para um engenheiro resolver, um arquiteto, outros que demandam um médico, um enfermeiro, preciso também de um educador. E temos ainda as pessoas do lugar, há uma história ali e é preciso ver como cada um enxerga a questão.

Na graduação, é muito marcada essa relação professor-aluno. Na extensão, é uma coisa diferente. Fazer um festival de inverno é um grande aprendizado, porque não é apenas trabalhar com os artistas da universidade e os da sociedade, é conversar com o prefeito, é buscar financiamento, é organizar um processo social, estabelecer relação com toda a cidade, com toda uma região. E isso, na hora em que termina, já está começando de novo. Tem esse sentido “eterno” do processo. A cada nova etapa, incorporamos coisas das anteriores, mas sempre uma construção. Um espaço de construção e aprendizado.

Revista Interfaces: Você mencionou na sua fala a questão do Fórum Nacional de Extensão e da importância dele para a definição de conceito de extensão, sendo assim, gostaríamos que falasse um pouco sobre a criação do Fórum, as principais questões presentes naquela época.

José Edison: O Fórum já tem mais de trinta anos. Quando fui para o Fórum, já tínhamos uma experiência acumulada. O conceito de extensão, que estava posto, estava pronto para ser modificado. Precisávamos criar uma base conceitual para a extensão brasileira. Não era para a UFMG, ou outra universidade especificamente, mas era para o conjunto das universidades brasileiras. A primeira questão é que as universidades são diferentes. Então, nós tínhamos as universidades públicas federais, estaduais e umas poucas municipais. Havia ainda o sistema filantrópico e as universidades privadas que, evidentemente, tinham momentos que convergiam, e momentos que eram bastante diferentes.

Há três fóruns: o fórum das privadas, das filantrópicas e das públicas. Nós trabalhamos com o fórum das públicas, que deu uma grande contribuição para todas as universidades, inclusive às privadas. Tanto é que nossos documentos são documentos de referência para todos.

A questão não era só construir um conceito, mas construir também as diretrizes, as áreas de extensão, os formatos de organização. Havia a necessidade de se ter um sistema de informação universitário e um sistema nacional, construir relações com os órgãos governamentais. Então, em vez de estabelecer relações que já são tradicionais no âmbito das universidades – relações contratuais, relações baseadas em normas e políticas, era preciso conversar, inclusive com os dirigentes nacionais, estaduais, para pensar como seria possível que universidades, sistemas públicos de educação, de saúde e até de segurança social e outros especiais (etnias, mulher, violência), trabalhassem em conjunto.

Ultimamente, uma questão importante que se coloca para a extensão é a questão da inclusão social entre nossos próprios estudantes. Como é que se inclui a sociedade na universidade? Quais são as políticas de inclusão social? Como a extensão vai trabalhar com essa questão? Isso é um problema da graduação? É preciso acompanhar, pensar, medir. Inclusão social, por exemplo, é um tema novo, novo porque a gente demora uns quatro, cinco anos e, na hora que percebe, tem uns dez anos que se está discutindo isso, mas acho que já avançamos bastante. A própria criação da Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), pelo ministério da Educação, acredito ter tido uma influência grande do Fórum de Extensão.

Revista Interfaces: Hoje, como vê a importância do Fórum na condução/consolidação de uma política nacional de extensão? Ele consegue ter um papel articulador

José Edison: O Fórum tem, às vezes, posições um pouco conservadoras. Natural, são pró-reitores, você está lá num encontro onde tem 80, cem pró-reitores de extensão. Então, você leva um tema: como é essa questão da integração com o ensino de graduação? Como a extensão pode colaborar? Uma das coisas que se fala é a seguinte: por que participar de um projeto de extensão? Por que um projeto de extensão não é parte integrante do processo acadêmico do aluno na graduação? Podia ser, deveria ser e, na realidade, é, mas ainda é muito tímido. A briga na universidade é por horário, quero horário para minha disciplina. Como a gente integra? Como a gente introduz a visão do aprendizado social como importante para que o aluno seja melhor profissional? Tenho um aluno de jornalismo e ele vai num projeto de creche comunitária, por exemplo. Não quero que ele seja um excelente jornalista e, nas horas vagas, num trabalho de cidadania, faça alguma coisa pelas creches. Quero que, pelo fato de ele ter trabalhado com uma creche, ou com um movimento social, ele seja um melhor profissional de jornalismo, que é o espaço que ele escolheu. Da mesma forma, não quero que um médico vá para o internato rural e assim ele conheça mais Minas Gerais, a cultura de Minas, isso ele vai conhecer também, quero, no fundo, que ele seja melhor médico. E não é um melhor médico para ele não, é um melhor médico para a sociedade.

Revista Interfaces: Como você vê as diretrizes da extensão acontecendo nos projetos, nos programas de extensão da universidade?

José Edison: Toda universidade tem recursos que ela aplica todo ano em bolsas de extensão. Então, o que é isso: queremos, dentro de um projeto, dentro de um programa de extensão, estudantes participando. Uns vão participar mais, outros vão participar menos. Precisamos fazer uma seleção de

projetos. Sendo assim, quais são os projetos que precisam dessa participação mais intensiva do aluno para crescer mais, cumprir seus próprios objetivos? Então, essa é uma visão.

Agora, o que são projetos melhores? Temos um universo, vão aparecer 300 projetos e eu só vamos conseguir atender cem, 120. Como é que faremos isso? Acredito que, até didaticamente, sistematizar algumas diretrizes do trabalho de extensão, pode ajudar nesse processo.

Quando se pergunta qual o impacto de um projeto, tem-se que perguntar para todos. O que ele se propõe a trabalhar e contribuir? O que ele se propõe a mudar na formação do aluno? Qual o impacto na formação do aluno? Essas são um tipo de pergunta.

Quando se questiona que tipo de interação ele tem com a sociedade? É um trabalho feito para a sociedade, ou feito com a sociedade? Como é que isso se mostra? Que relações de poderes existem entre as pessoas da universidade e as pessoas da sociedade? Temos outro conjunto de questões.

Outra questão importante é que o projeto apresentado não pode ser só de extensão, ele tem que indissociar, tem que ser ensino, pesquisa e extensão. Colocar elemento de pesquisa é colocar elemento de geração de conhecimento. Que geração de conhecimento vai acontecer nesse processo? O que se espera disso? O que se espera de aprendizado das pessoas, do aluno, do agente social que está trabalhando na ponta do projeto?

Há ainda a questão da interdisciplinaridade. Como, ao fazer um projeto da medicina, do jornalismo, da educação, da cultura, da física, coloca-se que esse vai ser um projeto que irá atender a várias visões de um problema social? Como é que são trabalhadas as diversas visões? Em síntese, como se trata da questão da interdisciplinaridade? Trazer visões de áreas diferentes e construir alguma coisa em comum.

Então, essas diretrizes foram construídas nesse sentido: o que caracterizam, o que devem caracterizar, quais são as questões fundamentais. Na época em que estava como presidente do Fórum, falei: “Vocês repararam que todas essas diretrizes começam com ‘i’? Então, o que nós temos que fazer é colocar os pingos nos ‘is’. É pegar cada uma e dissecar. O que é impacto social? O

que é interação? Indissociabilidade? Interdisciplinaridade?”. Hoje até impacto a gente divide em dois: impacto na sociedade e impacto no aluno.

Podemos colocar um decálogo de diretrizes. Um centenário. Mas é melhor ficarem essas: *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; impacto na formação do estudante; impacto e transformação social e interação dialógica*. Vamos trabalhar com essa imagem. Vamos aplicar essa imagem. Porque, senão, ficamos assim: “Nossa, esse projeto, no ano passado, não ganhou bolsa, vamos ver se esse ano a gente dá bolsa pra ele.” Começamos a fazer umas reduções das nossas avaliações. E aí é muito importante a avaliação e o acompanhamento.

Não é fácil. Estamos lidando com coisas muito reais, fazer diretrizes não é teórico. É teórico num sentido de elaboração, mas não é para colocar num quadro e botar na parede igual todo mundo faz: “missão”. Você chega num banco e está lá: missão! Num ministério, numa ONG. Virou mania ter um quadro na parede. Quadro na parede é Itabira, do Carlos Drummond de Andrade! Diretriz da extensão não é para ficar na parede.

Revista Interfaces: No campo da extensão na área da saúde, você acredita que existam especificidades? Quais seriam elas?

José Edison: A extensão na área médica tem especificidades e conflitos. Muitas vezes o professor, o aluno consideram que não fazem extensão, que fazem assistência. Então, às vezes, é muito difícil você colocar isso, pois, para mim, essa relação com o paciente, com as famílias, com as doenças, com os grupos sociais, com a prevenção, com a promoção da saúde, é extensão pura. E, sendo extensão, aplico os mesmos princípios. É um campo de demanda muito grande e é um campo que, muitas vezes, extravasa o próprio discurso da universidade.

Hoje, qual é o grande discurso na chamada atenção básica à saúde ou atenção primária? São as áreas de baixa organização do sistema de saúde e as áreas onde não têm profissional. É uma grande polêmica. O que a gente faz com essas áreas? Vou dar uma bolsa de 10mil reais para o aluno ficar um

ano e ainda 10% de abono na hora de fazer o concurso da residência médica. É uma proposta.

Sendo assim, levanto em Minas Gerais quais são os municípios onde não há médicos da saúde da família. Aparecem 235 lugares de trabalho para médicos, em áreas remotas e também nas regiões periféricas de Belo Horizonte. Em muitos desses lugares não há infraestrutura, falta material. Mas tem lugar que tem, onde está tudo arrumadinho e que ninguém quer. Então, a gente entra na polêmica.

O governo chama, mas tem questões de mercado de trabalho, divisões de como a profissão deve ser, da própria corporação médica. De 235 lugares, você preenche 40 vagas com médicos brasileiros e aí entra essa história dos médicos estrangeiros e de que essas pessoas não podem ser deixadas ao “Deus dará”. Você precisa criar mecanismos de supervisão e de educação permanentes.

Então, tudo o que estivermos discutindo com o profissional precisa estar representado no processo de trabalho, no dia a dia da relação dele com a sociedade. São esses os desafios que são colocados à universidade. E quais são as respostas que nós podemos dar? Criar cursos de especialização? Abrigar todos esses profissionais nos nossos cursos de especialização? Isso é extensão pura.

Da mesma forma, a própria organização do hospital, a imagem do que é ser um hospital universitário. A gente sabe que é um sistema deficitário, a demanda é muito grande. E tem outra coisa, o hospital não resolve o problema da sociedade. Não adianta colocar todos os alunos aqui, torná-lo um campo de estágio. O campo de estágio tem que ser muitos lugares, são muitos os espaços que estão integrados à rede.

Essas discussões precisam estar sempre presentes na extensão. E, vão surgir propostas que não são nem estruturais, que são mais conjunturais, que respondem a um problema de momento, não resolvem o problema de vez, mas é uma construção lenta. A articulação da saúde coletiva com políticas públicas é essencial. O sentido do coletivo, do público é o sentido da sociedade. O sentido da sociedade é trabalhar em cima dos problemas, é dar respostas. O

governo faz determinadas políticas públicas, às vezes, concordamos com a política em si. Por vezes, também, temos nossa crítica, nossa restrição, às vezes, até à forma de fazer. Mas qual é o caminho? Como a gente faz?

As exigências são muito maiores do que aquelas da relação médico-paciente. Hoje, o Saúde da Família, uma das maiores políticas públicas de saúde, rompe com alguns conceitos. O médico, de repente, não é responsável por atender 10-12 pessoas por dia, mas você apresenta a ele um novo conceito. Ele pergunta: quem eu vou atender e nós respondemos, três mil pessoas. Isso é o que chamamos de população adscrita. Há o centro de saúde e você tem o território, visto não numa perspectiva geográfica, mas mais numa visão social. Hoje, os territórios são maiores, tem muita equipe de saúde da família que trabalha com quatro mil, cinco mil pessoas. Não deveria ser assim, o ideal é um médico para 3 mil, o que já é um número bastante alto, muito difícil. A outra questão é que já existe uma organização social nesse território, tem academia, tem praça, tem escola, então, é preciso interagir com esse território.

Esses conceitos de território, de população adscrita são muito difíceis para o médico que tem muito a visão de hospital, de atendimento de demanda um a um, nessa relação médico-paciente. Agora, o que ele precisa entender é que não é ele sozinho. Junto a ele vai ter uma enfermeira, uma técnica de enfermagem, um dentista e dez agentes comunitários de saúde. Isso nós chamamos de equipe de saúde da família. Então, o método de atendimento pode ser diferente, pode-se vislumbrar outras possibilidades. Por exemplo, podemos criar um grupo operativo: propõe-se a todas as mães, que têm bebês até um ano, uma sessão de uma hora, uma vez por mês, para discutir educação, alimentação, vacinas, cuidados.

Podemos fazer isso? Podemos, mas essa visão território, população adscrita e trabalho em equipe, é difícil. Trabalho em equipe, então, é uma das coisas mais difíceis, pois, não é dividir função. E, às vezes, a gente se perde nisso: divide função, divide horário, divide obrigação. Um bom exemplo de trabalho em equipe é o da equipe esportiva. As 11 pessoas lá do futebol podem ser todas diferentes. Elas não precisam ser todas iguais. Agora, o que anima uma equipe? É ter um gol. Na saúde da família, o gol é social, é ter atenção à saúde da comunidade.

Revista Interfaces: Ainda na área da saúde, o que você apontaria como desafio para as universidades, especialmente, para as universidades públicas?

José Edison: Uma questão que temos trabalhado ultimamente é como fazer atendimento de demanda no processo educacional. Exemplo: Programa Saúde da Família. Em Minas Gerais temos mais de 15 mil médicos, dentistas e enfermeiros que trabalham em saúde da família. Menos da metade deles teve alguma formação além da graduação. Então, de repente, o problema coloca-se assim: "Nós precisamos elevar o nível educacional do profissional de saúde da família". Mas não uma discussão teórica em torno do que significa saúde da família e sim uma discussão acoplada ao processo de trabalho. Queremos que ele discuta saúde da família, da mulher, da criança, a saúde mental, mas que isso repercuta imediatamente no processo de trabalho e na melhoria do SUS.

Como vamos trabalhar isso? Vamos fazer um instrumento que a universidade está acostumada, curso de especialização. Quantas vagas? Cinquenta vagas para começar. Mas, meu problema é 15 mil! Quantos anos vamos levar? Então, vamos trabalhar com uma turma de 400 e, nesse caso, só tem uma metodologia: Educação à Distância. E aí vamos trabalhar com concepção de organização de polos regionais, de criação de plataformas, de desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizado, entre outras coisas.

A Educação à Distância (EAD) não é um problema da graduação, é um problema da universidade. É uma forma nova de se relacionar, inclusive, com demanda, atendendo em larga escala. Tudo isso está dentro da universidade, mas eu ainda não vi a extensão plantar a bandeirinha da EAD. E esse é um campo muito grande de trabalho.

Revista Interfaces: Gostaríamos que você falasse um pouco sobre o Nescon, como ele surgiu, quais são seus objetivos e como ele se organiza atualmente.

José Edison: O Nescon nasce num movimento nacional, pós-ditadura, de reconstrução do país. Em linhas gerais, o que se queria, dentro da diversidade

de opiniões e desejos, era reconstruir o país, tendo em mente a ideia de um país moderno, com oportunidades para todos. Eu me lembro bem, quando ainda era estudante, que a gente fazia o atendimento de um personagem social chamado indigente. É terrível o fato de que convivemos com essa figura durante anos. O indigente era aquela pessoa absolutamente marginalizada na sociedade. Então, você virar e falar: “isso vai acabar, saúde é um direito de todos e um dever do Estado”. Escrever isso na Constituição foi uma das primeiras coisas.

A construção do Nescon, ao longo do tempo, foi nesse sentido. Além disso, o Nescon é um órgão complementar da universidade e, estando na universidade, um dos seus objetivos é trabalhar a construção do conhecimento. Sendo assim, o Nescon esteve envolvido em muitos processos de formação de agentes comunitários de saúde, de gestores de saúde, dando apoio ao desenvolvimento da graduação, tudo isso aliado ao atendimento de políticas públicas.

Trabalhou-se muito e, ainda hoje, trabalha-se, primeiro, em apoio a algumas políticas públicas de saúde. Uma delas, por exemplo, é a construção da revisão dos parâmetros de saúde, dos indicadores de saúde. Esse é um trabalho multiprofissional, envolvendo seis universidades federais e nós, do Nescon/UFMG, somos um ponto. Outra frente de trabalho que destacaria é o Programa Ágora, que é o núcleo UFMG da Universidade Aberta do SUS. Temos também um programa que se chama Tecnologias Assistivas, que vai da prótese ao ônibus especial para pessoas com mobilidade reduzida e que lida com uma área de muitos conflitos, pois tem-se uma exploração comercial muito grande.

Então, no Nescon atuamos junto às políticas públicas, às inovações na área de saúde e atendendo ao processo formativo em saúde pública. Hoje, aposentando da universidade, parei com a clínica, mas continuo trabalhando com projetos, ideias, gestão. Esse é o meu campo de abertura da extensão, do ensino e da pesquisa.